

A ESCOLA PÚBLICA:¹ CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Maria Isabel Moura Nascimento
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Manoel Nelito Matheus Nascimento
UNISAL

[...] a ambição mais vulgar tem sido a força motriz da civilização, desde seus primeiros dias até o presente; seu objetivo determinante é a riqueza, e outra vez a riqueza, e outra vez a riqueza, e sempre a riqueza, mas não a da sociedade, e sim de tal ou qual mesquinho indivíduo (ENGELS, 1979, 199-200).

RESUMO:

Esse artigo é o resultado parcial da pesquisa², realizada no interior do grupo de pesquisa³, como o intuito de compreender os interesses que levaram à criação das escolas públicas e estatal, a partir do estudo do movimento do capital e das transformações do capitalismo e no mundo do trabalho e da educação. Nesse artigo será priorizada a análise da divisão social do trabalho como cenário para a criação das primeiras escolas públicas.

Palavras-chave: Escola Pública, capitalismo, trabalho

THE PUBLIC SCHOOL: ISSUES FROM THE DIVISION OF SOCIAL WORK

ABSTRACT

This article is partly the result of research conducted within the research group, and in order to understand the concerns that led to the creation of public schools and state from the study of the movement of capital and the transformation of capitalism and the world work and education. This article will be prioritized analysis of the social division of labor as a backdrop for the creation of the first public schools.

Key-words: Public School, capitalism, work

O “novo” formato de sociedade e seus “novos” interesses

Com a primeira grande divisão social o homem passou por um novo processo da divisão do trabalho, tendo que se enxergar de forma diferenciada, pois, com o aumento da “[...] produtividade deste e, por conseguinte a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha que trazer consigo – necessariamente – a escravidão (ENGELS, 1979, 181). A partir de então com a grande divisão social do trabalho, nasceram as classes sociais divididas entre os senhores que eram “superiores” aos escravos⁴ os explorados e consequentemente os exploradores dessa classe.

Com esse novo formato de sociedade, as diferenças criadas são acentuadas entre ricos e pobres, somando as entre os homens livres e escravos e com isso também as

riquezas e o acesso as terras cultivadas, que eram provisórias e depois passaram a ser bens adquiridos. A transição à propriedade privada completa foi-se realizando “[...] aos poucos, paralelamente à passagem do matrimônio sindiástico à monogamia. A família individual principiou a transformar-se na unidade econômica da sociedade” (ENGELS, 1979, p.184).

Com a classe que, sem realizar

[...] absolutamente parte na produção, conquista a direção geral da mesma e avassala economicamente os produtores; uma classe que se transforma no intermediário indispensável entre dois produtores, e os explora a ambos. Sob o pretexto de poupar aos produtores as fadigas e os riscos da troca de produtos, de encontrar saída para os produtos até nos mercados mais distantes, tornando-se assim a classe mais útil da sociedade, forma-se uma classe de aproveitadores, uma classe de verdadeiros parasitas sociais, que, em compensação por seus serviços, na realidade insignificantes, retira a nata da produção nacional e estrangeira, concentra rapidamente em suas mãos riquezas enormes e adquire uma influência social correspondente a estas, ocupando, por isso mesmo, no decurso desse período de civilização, posição de mais e mais destaque, logrando um domínio sempre maior sobre a produção, até gerar um produto próprio: as crises comerciais periódicas (ENGELS, 1979, p.186).

Essas contradições, que são historicamente sociais e reais, com a expansão do comércio, o dinheiro, a nascente classe dos comerciantes, que não fazia idéia nesse momento das contradições que lhes estavam reservadas, porém isso se consolidou. Com essa nova divisão social do trabalho, veio o dinheiro-metal, a moeda cunhada, como um meio com o qual o não-produtor dominasse o produto e sua produção. Nesse momento, a mercadoria passa a ser por excelência, aquela “[...] que encerra em estado latente todas as demais, o instrumento mágico que se transforma, à vontade, em todas as coisas desejadas e desejáveis. Quem o possuía era dono do mundo da produção” (ENGELS, 1979).

Dessa forma tratou-se de nutrir essa contradição, considerando que todas as mercadorias, e com elas os seus produtores, deveriam curvar-se ao dinheiro. Ficou evidente que as demais formas de riqueza não passavam de quimeras, em face dessa genuína encarnação da riqueza como tal. Desde então, nunca o poder do dinheiro se manifestaria “[...] com tanta brutalidade e violência primitiva como naquele período de sua juventude. Em seguida à compra de mercadorias por dinheiro, vieram os empréstimos, e com eles os juros e a usura (ENGELS, 1979, p.188).

Os interesses dos artesãos que surgiram dessa divisão social do trabalho são “novas necessidades” caracterizadas pelos que viviam nas cidades, totalmente contrárias aos interesses do homem do campo. Com isso, surgem novas instituições que dariam sustentabilidade aos interesses desses grupos.

Nesse processo de transformação da produção, cujo trabalho era realizado por artesãos em suas oficinas e que vai sendo incorporado na produção nas fábricas. Nesse processo, o homem que foi expulso do campo e obrigado a migrar para a cidade, provocando grandes conflitos sociais, engrossando a massa da população pobre.

Com a revolução industrial tomando cada vez mais forma e com o apoio dos grandes capitais através da exploração de novos continentes, o artesão passa a ser desapropriado de suas funções, a partir do momento que lhe resta somente a sua capacidade de trabalho para sua subsistência, trabalhando na fábrica aceitando as condições que lhes são oferecidas. Ao ser absorvido pela fábrica, o trabalhador já não possui mais nada, nem o seu conhecimento

que era transmitido de pai para filho, nem o lugar onde desenvolvia o seu trabalho, “[...] nem a matéria prima, nem a possibilidade de vendê-lo no mercado. Ao entrar na fábrica, que tem na ciência moderna sua maior força produtiva, ele foi expropriado também da sua pequena ciência, inerente ao seu trabalho” (MANACORDA, 2000, p.271).

Na fábrica, artesãos perdem sua identidade, seus aprendizados são descartados, e toda e qualquer instrução que possuía não é mais aproveitada, para estar a disposição do capital, Como um ignorante, ele deverá repetir funções, fazendo parte dos processos produtivos. Em função disso, a instrução do operário se faz necessária, para atender aos novos interesses do sistema produtivo, Desta forma, o trabalho e a educação se fazem necessárias, para atender a demanda dessa sociedade moderna.

O Compromisso do Estado

O Estado⁵ é antes de tudo uma instituição que, sobre todas as outras, busca assegurar e conservar a exploração e a dominação como uma “força superior” a defender a propriedade para uma determinada classe social que representa um grupo economicamente dominante, “[...] que, por meio dele, torna-se igualmente a classe politicamente dominante, adquirindo com isso novos meios de dominar e explorar a classe oprimida” MARX, 1979. Esse mesmo Estado, como instituição poderosa, é produto dessa sociedade que quando chega a um determinado grau de desenvolvimento, sua contradição com ele próprio é dividida por antagonismos

[...] irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e distanciando-se cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1979, p.188).

Com o “progresso”, as civilizações estarão diante dos impostos para melhorar as condições destas sociedades cheias de diferenças excludentes, e o Estado por sua vez

[...] é por regra geral, o Estado da classe politicamente dominante e adquire novos meios para a regressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classe se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes (ENGELS, 1979, p.194).

Um Estado descomprometido com os menos favorecidos, os direitos “[...] concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com as posses dos referidos cidadãos, pelo que se evidencia ser o Estado um organismo para proteção dos que possuem contra os que não possuem” (ENGELS, 1979, p.194).

A força de coerção da sociedade chamada civilizada é o Estado, [...] que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada (ENGELS, 1979, p.199).

Que sociedade é essa tão excludente, cheia de contradições, que se diz democrática, mas permite que os trabalhadores sem explorados em benefício da classe dominante. O interesse da maioria da sociedade está longe do objeto principal nessa sociedade onde se está dividido em classes sociais.

A Instrução Pública Na Sociedade Contemporânea

A partir do século XVI se inicia o movimento por uma educação pública tendo seu auge de discussão e interesse pelo Estado na Europa, com a influência do iluminismo, que inaugura a expansão do progresso social, político, econômico e principalmente científico. Essa iniciativa se expande principalmente nos países onde predomina a religião dos protestantes, pois onde predomina a religião católica essa idéia não é bem vinda, com predominância das escolas de diversas ordens religiosas, governada pela Igreja do Vaticano.

O século XVII ficou marcado como o principal período da educação pública estatal Prussiana, cujo objetivo era propiciar o engrandecimento do Estado, porém com uma particularidade que será muito intensa nos séculos posteriores, por formar cidadãos dóceis com necessidade de apenas ser bons soldados e funcionários idôneos (LUZURIAGA, 1959, p.151).

No século XVIII, isso se intensifica, e, em 1763, Frederico II promulgou um regulamento geral que tinha a conotações políticas definidas nele ficou estabelecido que num:

[...] contexto em que os Hohenzollen, sem dúvida a casa real mais importante do Reich pós-medieval, já haviam delineado o seu projeto político essencial: a unificação de todas as fragmentadas unidades alemãs em um poderoso Estado-nação (a Alemanha) (ZANATTA, 2005, p.182).

Essas medidas irão propiciar a expansão das escolas públicas e estatal e, por isso, as escolas elementares se tornam obrigatórias para todas as crianças de 5 aos 13 ou 14 anos. Foi nesse século que começaram a serem construídas por Pestalozzi as formulações mais incisivas sobre as transformações pedagógicas.

Porém é na segunda metade do século XVIII, principalmente na Inglaterra com a ascensão das "classes médias" que se inicia uma nova estruturação em direção a consolidação de uma sociedade capitalista e industrial, através de uma sociedade burguesa, que surgem as instituições públicas do século XVIII européia, mais precisamente na Prússia.

As instituições públicas solidificadas por sua inevitável

[...] inércia e por seu caráter de inessensibilidade, a estruturas sociais superadas; e o que parecia luxo das elites privilegiadas torna-se, pela própria necessidade da sociedade em seu todo, uma exigência de massas, que abrange a totalidade da população; além disso, o dinâmico desenvolvimento da sociedade atual tende, com sua rapidez, a acentuar a separação entre estruturas produtivas e estruturas educativas, embora

intervenha com sua própria tonalidade também nestas; enfim, o mundo está todo envolvido num mesmo processo de desenvolvimento que abrange e põe em brutal confronto as estruturas de civilizações diversas, unificando-as tendências (MANACORDA, 2000, p.8).

Durante o período contemporâneo, a palavra de ordem era a instrução pública, que entrava como pauta em qualquer discurso, porém, ela não se universalizou de imediato isso aconteceu apenas em alguns países da Europa. Nos discursos em favor da escola pública⁶ diziam que: “A educação, que antes era privilégio de poucos, dos prediletos da fortuna, foi enfim reconhecida (e graças a Deus) como um direito, uma necessidade, uma obrigação da humanidade” (MANACORDA, 2000, p.275).

Na Europa, a escola se expande em toda Prússia que a partir de 1861, ela se consolida, onde os debates estavam intensos nesta época, porém esse tipo de escolaridade não se expandiu por toda Europa de forma intensa, foi um processo lento e sob muitos conflitos. Apenas “[...]1/7 na Inglaterra, 1/8 nos Países Baixos, 1/9 nos Países Baixos, 1/9 na França e percentuais bem mais baixos nos outros países católicos” (MANACORDA, 2000, p. 277).

Pestalozzi foi um dos principais condutores da educação para todas as classes sociais. Ele defendia que o conhecimento deveria ser oferecido para qualquer cidadão de forma que todos possam se desenvolver plenamente, sem negar principalmente às crianças [...] a possibilidade de desenvolver nem que seja uma só faculdade, nem mesmo aquela que, no momento, julgamos não essencial para a sua futura profissão ou para o lugar que ele terá na vida (MANACORDA, 2000, p. 266)

As instituições que ofereciam instrução primária aos alunos que possuíssem seis anos de idade eram organizadas em dois graus, cada um era de dois anos, oferecido de forma

[...] gratuita e em cada município ou consórcio de municípios, pelo menos para o grau inferior, não se poderão ter classes com mais de setenta alunos (no regime napoleônico, em 1812, eram de oitenta a cem); superado esse número, a classe inferior será entregue a um sub-mestre . As escolas de uma só classe poderão ser até cem alunos. As escolas são masculinas e femininas, separadamente (MANACORDA, 2000, p. 291).

Muito embora tenha demorado a expansão da escola pública na Europa, a Prússia foi responsável pela criação de um sistema de ensino, que tornou pública e gratuita a educação elementar. Este modelo foi adotado por todos os outros Estados desenvolvidos da época. Na França, Victor Cusin ficou encarregado de estudar o modelo alemão e assim como outros países fizeram o mesmo, como o Norte Americano que tratou de enviar pessoas para estudarem o modelo alemão de educação.

Em seu Relatório, Cousin ressaltou a utilidade das chamadas *Bürgerschullen* (escolas burguesas), ainda não existentes em seu país e que constituíam um tipo de escolas intermediárias entre o ensino elementar “e os colégios de ensino secundário”. (MACEDO, 1880 apud GASPARELLO e VILLELA, 2006). Suas idéias foram aproveitadas na Lei da reforma da educação primária francesa em 1833 com tentativas de criação, sob diversos nomes, desse tipo de escola, até que o Ministro Duruy, em 1865, as classificou de ensino secundário especial.

Uma sociedade composta de “homens” centrada nos tipos de continentes que iriam explorar. “Para eles, o mundo era uma única coisa, interligado por trilhos de ferro e máquinas a vapor, pois seus horizontes comerciais eram como seus sonhos sobre o mundo.

Para tais homens, destino, história e lucro eram uma e a mesma coisa.” (HOBSBAWM, 1977, p.76).

Com a introdução da ciência na indústria se percebe, de forma significativa, a importância de um sistema educacional sistemático e organizado para que o desenvolvimento da indústria pudesse ser alcançado. Nesse momento, os pioneiros do início da industrialização como a Inglaterra e Bélgica, não acompanharam o propósito primeiro e primordial para este novo cenário de desenvolvimento que era o de alfabetizar a massa de seus cidadãos e melhorar significativamente o sistema educacional e tecnológico.

Diante deste marco, o país que acompanhasse o interesse por desenvolvimento, e investisse na educação das massas, com o propósito primeiro de criar escolas, poderiam alcançar uma economia “moderna” atualizada.

Os países pobres “[...] que contavam com um bom sistema educacional, encontravam facilidade para iniciar o desenvolvimento como por exemplo a Suécia” (HOBSBAWM, 1977, p.62), ao contrário estariam fadados ao subdesenvolvimento, pois ficou evidenciada a necessidade de preparar a nação, através da expansão de uma educação do antigo curso primário, para que a maioria da população pudesse ter acesso a uma formação voltada para tecnologia científica, econômica e militar, equivalente as necessidades da época, onde a Prússia vai ganhar dos Franceses durante ao período de 1870-1880, pois os seus soldados estavam mais alfabetizados

Na contemporaneidade o homem tem os direitos políticos, sociais e civis garantidos podendo participar de forma “igualitária” da sociedade. É a época em que os sistemas democráticos se organizam e passam a fazer parte de uma parcela considerável das sociedades, que exige dos Estados Nação certa organização política para a garantia do Estado democrático. Isso só seria aceito com o avanço do capitalismo em toda Europa e já despontando nos países mais explorados no continente

Na contemporaneidade, a mudança constante na sociedade impõe um nível cada vez maior de importância na função da educação,

[...] que se torna um centro de gravidade da vida social: o momento em que se organizam processos de conformação às normas coletivas, em que a cultura opera sua própria continuidade, em que os sujeitos superam sua própria particularidade (de indivíduos, de etnia, de classe) para integrar-se na coletividade, mas através do qual também recebem os instrumentos para inserir-se dinamicamente neste processo, solicitando soluções novas e mais abertas (CAMBI, 1999, p. 381).

A educação pública e estatal gratuita e universal se expande em todos os países independentes do mundo civilizados de forma “organizada”, isso forçado pela necessidade de uma escolaridade mínima entre os que também desempenhavam funções mais simples, devido às novas relações internacionais e a expansão do comércio.

A Escola Pública e seus primeiros passos de estruturação no Brasil

A escola pública e o tipo de aprendizado oferecido no interior da mesma são entendidos, como construção humana e social, fruto do processo histórico, buscando responder aos interesses da sociedade dominante, de tal forma que não podemos deixar de lembrar que a “educação das massas a cargo do Estado” é a crítica que Marx já fazia no Programa de Gotha. Uma coisa é determinar, por meio de uma lei geral, os recursos para as escolas públicas,

[...] as condições de capacitação do pessoal docente, as matérias de ensino etc. e velar pelo cumprimento destas prescrições legais mediante inspetores do Estado, como se faz nos Estados Unidos, e outra coisa completamente diferente é designar o Estado como educador do povo! Longe disto, o que deve ser feito é subtrair a escola de toda influência por parte do governo e da Igreja. Sobretudo no Império Prussiano-Alemão (e não vale fugir com o baixo subterfúgio de que se fala de um “estado futuro”; já vimos o que é este), onde, pelo contrário, é o Estado quem necessita de receber do povo uma educação muito severa (MARX, 2004, p. 101-102).

É neste momento de grande efervecência das idéias de “educação para o trabalho” dos senhores das terras, dirigentes políticos que procuram acertar as características principais, para esse novo modelo de sociedade a ser implantado no país visando ajustar a forma produtiva de trabalho, pois não era mais possível manter o sistema escravocrata e já se sabia que só através da educação é que a sociedade burguesa aqui dirigente poderia disciplinar essa população para o trabalho produtivo no qual o capitalismo se difundia sob a liderança inglesa, e uma minoria de países se transformava em economia industrial (HOBSBAWM, 1979, p.22-52).

As discussões e debates se intensificam no país nas tribunas das Assembléias Legislativas, nos editoriais dos jornais, nos teatros e como forma de resolver o problema da libertação dos escravos⁷, debatia-se o que fazer com os libertos e os chamados ingênuos⁸? “[...] com a população livre e pobre do Brasil, como promover a formação de uma ética do trabalho, que respondesse aos interesses do seu tempo, ou seja, dos cafeicultores do sudeste e suas lavouras” (MOURA 2000).

A elite dirigente tinha como estratégia um compromisso que era transitório pois era evidente que desejavam apenas “[...] protelar e amaciar quadros de incerteza, dar tempo ao tempo para que as novas condições se estabelecessem quando já não mais trouxessem riscos a posições, privilégios e poderes a muito enraizados (MOURA, 2000).

Os senhores donos de terras, dirigentes políticos e pessoas de algum modo vinculadas ao mundo cafeeiro

[...]de então, foi um dos pilares do compromisso estabelecido, procurando reajustar noções de trabalho existentes às exigências do tempo, de modo que quando não fosse mais possível manter os escravos assenzalados, os ritmos intensos de trabalho nas emergentes lavouras cafeeiras paulistas se mantivessem (MOURA, 2000).

No Congresso Agrícola realizado no Brasil, defendia-se a idéia de criar escolas-fazendas, para preparar os chamados de ingênuos, que nasceram de mãe escrava e os órfãos, de forma a preparar essas crianças para atender aos interesses dos fazendeiros, porém mascarado através de oferecer uma instrução para todos pois

[...] as suas necessidades são as de todas as lavouras: capitais, braços e instrução. Não basta, porém; é forçoso progredir; criar este elemento indispensável para o credito agrícola, a capacidade profissional: formar núcleos de especialistas que analisem terras sementes etc. Criem-se institutos, que formem professores; onde esses ensinem teoricamente; fazendas-modelos em que façam os alunos praticar; tais escolas-fazendas

recebiam os ingênuos e os órfãos. Sabe-se que aqueles, com uma educação minimamente abandonada pelo proprietário que já não vê neles um elemento utilitário. (Anais do Congresso do Rio de Janeiro, 1878, p. 38)

Esse discurso era proferido como forma de escamotear o real interesse em preparar as crianças com um ensino alijeirado para atender aos interesses dos proprietários de terras de forma a suar as crianças como mão de obra barata

Nas escolas práticas poderão também ser admitidos, sem nenhum ônus para o estabelecimento (comarcas agrícolas), os rapazes de 10 anos, que poderão ali praticar até a idade de 21 anos, matriculando-se depois, se quiserem no corpo de lavradores. Essas escolas práticas, no decorrer dos tempos, tornar-se-ão verdadeiras colônias, que, disseminadas pelo país, poderão suprir os nossos atuais estabelecimentos agrícolas⁹.

As elites defendiam a instrução como forma de disciplinar essas pessoas dentro da nova proposta de trabalho que deveria disciplinar para o trabalho

[...] modificando, com isso, formas próprias de prestar serviços e trabalhar. Tarefa que se impôs a custo, ao longo de décadas de história, sem eliminar de todo as resistências. Basta pensar nas persistências dos pequenos plantadores das comunidades rurais do passado, embora dando novas direções a antigos modos de vida e convívio social. A duras penas, mas ainda vivos, é possível ouvir os ecos dos sapateados dos moçambiques e cateretês, da cantoria das congadas, dos murmúrios das rezas das novenas, do farfalhar das roupas em andanças de negócios para ganhar a vida pelas cidades do interior do Brasil. (MOURA., 2000)

No final do século XIX, algumas experiências educativas inovadoras foram desenvolvidas incorporando às descobertas da psicologia em relação à diversidade da psique infantil em relação à adulta, e, também as influências dos movimentos de emancipação das massas populares nas sociedades ocidentais, transformaram radicalmente o papel da escola e o perfil educativo, rejeitando o seu caráter elitista. As “escolas novas” nascem desses experimentos, que apesar de realizados isoladamente, os seus resultados tiveram ampla repercussão para a educação em geral, nos aspectos organizativos e institucionais, e em relação aos objetivos formativos e culturais da educação (NASCIMENTO, 2009).

O movimento de renovação pedagógica que se desenvolve no fim do século XIX, relaciona dois aspectos fundamentais, a questão da instrução técnico-profissional para a indústria, que impunha a necessidade de formar o homem capaz de produzir ativamente, e a questão da educação que valorize a espontaneidade da criança, respeite o desenvolvimento sensorio-motor e afetivo e promova a socialização.

A escola que surgiu se apresentava como a instituição estatal pública e gratuita, que no século XIX, esse resultado é fruto principalmente do desenvolvimento da hegemonia prussiana entre “[...] os estados germânicos que cumpria funções sociais determinadas, sem deixar aparentes as desigualdades que solidificaram durante a República com sua legitimação e sua manutenção pelo Estado” (NASCIMENTO, 2006, p. 325)

As profundas transformações da sociedade, no século XX, refletem na escola, como uma de suas principais instituições. Neste sentido, a educação do século XX, se vê diante de um movimento internacional, como na Europa ocidental e nos Estados Unidos, que

influenciaram diretamente as práticas educacionais das escolas, onde o principal alvo era a criança, como o centro do processo ensino aprendizagem

[...] do ambiente artificial e construtivo da cidade; a aprendizagem deve ocorrer em contato com o ambiente externo, em cuja descoberta a criança está espontaneamente interessada, e mediante atividades não exclusivamente intelectuais, mas também de manipulação, respeitando desse modo a natureza “global” da criança, que não tende jamais a separar conhecimento e ação, atividade intelectual e atividade prática (CAMBI, 1999, pp.514-515).

A República recebe uma herança do Império com um projeto de escolas públicas, de miserabilidades e abandonos de efetivação desse projeto de escolas públicas para as massas da população, pois “[...] não existia estrutura escolar; o que havia eram escolas em número insuficientes para atender a população, que vivia à margem, sem acesso à instituição estatal e gratuita” (NASCIMENTO, 2006, p. 325).

A Escola Pública não se efetivou no período imperial, no Brasil, pois não era considerado um elemento importante para a manutenção e a reprodução das relações sociais no país.

No Brasil as primeiras escolas públicas surgiram a conta gotas, se pensarmos na extensão territorial da nação e que só a partir da lei de 1893, em São Paulo e no Rio de Janeiro, porém começam a ser instalados a partir de 1894 no estado de São Paulo e no Rio de Janeiro em 1897; no Maranhão e do Paraná em 1903; de Minas Gerais em 1906; na Bahia e do Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina em 1908, Mato Grosso em 1910; Sergipe em 1911; da Paraíba em 1916 e do Piauí em 1922.

Referências bibliográficas:

CAMBI, F.. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COSTA, C. B. . **Literatura escravista: uma arte da memória**. In: Cléria Botelho da Costa. (Org.). Um Passeio com Clio. 1ª ed. Brasília, 2002.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **História**. In: FERNANDES, Florestan (Org.)
3. ed. São Paulo: Ática, 1979.

GASPARELLO, A. M; VILLELA, H. de O. S.. **O discurso educacional no século XIX: a nova pedagogia em questão**. Uberlândia/MG: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, SBHE/UFU.CD-ROM. 2006

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos impérios, (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Nacional, 1959.

MANACORDA, M. A.. **História da educação: da Antigüidade aos nossos dias**. . Trad. Galeano L. Mônaco. 8ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

MARX, Karl. **Trabalho estranhado e propriedade privada**. In: _____. Manuscritos econômico- filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOURA, D. A. S. de. **Café e educação no século XIX**. Cad. CEDES 2000, vol.20, n.51, pp. 29-49

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fundamentos Históricos Da Educação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009.

_____. **A Primeira Escola de Professores dos Campos Gerais-PR**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.

_____. **Grupos Escolares Na Região Dos Campos Gerais - PR**. In:

VIDAL, Diana. Gonçalves. (Org.). **Grupos Escolares Cultura Escolar Primária E Escolarização Da Infância No Brasil (1893-1971)**. 1a. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2006, v. 1.

_____. **Grupos Escolares Na Região Dos Campos Gerais - PR**. In:

VIDAL, Diana. Gonçalves. (Org.). **Grupos Escolares Cultura Escolar Primária E Escolarização Da Infância No Brasil (1893-1971)**. 1a. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2006, v. 1.

_____. **A Escola Pública No Brasil.: História E Historiografia**. Campina-S: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, D. **História da Escola Pública no Brasil: questões para pesquisa**. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **A escola pública no Brasil. História e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2005. PP. 1 - 29

ZANATTA, B. A. **O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar**. Cad. CEDES, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 165-184, maio/ago. 2005.

¹ Para estudar a escola pública no Brasil, indico ler os estudos apresentado por Dermeval Saviani em “A questão da Historiografia da escola pública no Brasil”, no qual o autor apresenta um posicionamento crítico dos trabalhos desenvolvidos no país no interior dos programas de pós-graduação sobre o tema escola pública, na história da educação brasileira (SAVIANI, 2005, p.16-25)

² Pesquisa Financiada pelo CNPq.

³ Grupo de Pesquisa História Sociedade e Educação nos Campos Gerais-PR.

⁴ A maior parte da história humana existiu escravos, porém “[...] como força de trabalho dominante, apenas no Ocidente, em alguns periódicos e em poucas regiões. Da mesma forma, camponeses livres que cultivavam

sua própria terra e artesãos livres e independentes trabalhando nas cidades, especificamente no mundo antigo, onde normalmente tinham papel essencialmente para o funciona bem-sucedido da produção escravista" (BOTTOMORE, 2001, p. 133).

⁵ O Estado está sendo analisado no âmbito do pensamento marxista, que é uma instituição que tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe. Para aprofundar o estudo dessa temática, ver: Manifesto Comunista, Crítica da filosofia do direito de Hegel, As lutas de classe na França de 1848 a 1850, O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte, A guerra civil na França, o Anti-Duhring e A origem da família, da propriedade privada e do Estado. (BOTTOMORE, 2001).

⁶ Estamos considerando as Instituições escolares como parte de um processo histórico e que a sua estrutura é histórica e como historicamente determinada ela não surge de forma natural e nem poderemos considerar como eternas acabadas.

⁷ "No final do século XIX (1872), viviam nas três maiores províncias do Império cerca de 819.798 escravos e 289.154 homens e mulheres livres, dos quais 41% eram descendentes de africanos. Na Bahia, esse número chegou a 68,53%. Além disso, os crioulos, filhos de escravos no Brasil, eram filhos de africanos. Contávamos com uma expressiva presença demográfica de afro-descendentes" (COSTA, 2003,

⁸ Ingênuas eram crianças que, ao nascer de mãe escrava, a partir da promulgação da lei de 28 de 1871, conhecida como a "Lei do Ventre Livre", eram consideradas livres, devendo, contudo, permanecer sob a tutela de senhores de suas mães até os 21 anos (MOURA, Denise A. Soares de. Café e educação no século XIX, v.20 n.51 Campinas nov. 2000)

⁹ Laurindo Januario Carneiro. Rio de Janeiro. Anais do Congresso do Rio de Janeiro, 1878, p. 45.

Artigo recebido em: 30/6/2009

Aprovado para publicação em 31/07/09